

## valor Econômico – 10/06/2009

### Governo e oposição banalizam recurso a 'contrabando' em MP

Daniel Rittner, de Brasília

Congresso: Emendas alheias ao conteúdo original incluem a Eletrobrás e até aviso nas caixas de leite

Lobão: à saída de reunião com Lula, ministro avisou que colocaria emenda contrabando para zerar PIS/Cofins de biocombustíveis

No vácuo legislativo criado pela proliferação de medidas provisórias, o uso de emendas completamente alheias ao conteúdo original das MPs substituiu os projetos de lei como principal mecanismo de parlamentares para fazer avançar propostas de sua autoria. O artifício é utilizado também por ministérios e autarquias que tentam emplacar novas legislações com "rito sumário", sem passar por infundáveis discussões dentro do governo.

Só nos últimos meses deputados aproveitaram a tramitação de MPs para colocar emendas - a maioria das vezes com aval de um ou mais ministérios - bastante polêmicas. A permissão para a Eletrobrás construir usinas no exterior e ser majoritária em consórcios com a iniciativa privada, por exemplo, surgiu com uma "emenda-contrabando" em MP que autorizava o Tesouro Nacional a resgatar antecipadamente títulos da dívida emitidos para fundos de previdência estaduais. Transformada em lei com a sanção presidencial, essa emenda acabou com a restrição anterior à Eletrobrás - participar de até 49% ou com 100% da construção de novas usinas - e levantou temores na iniciativa privada de maior estatização no setor.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, que representa os investidores privados no setor elétrico, esse é apenas um dos "inúmeros exemplos" de emendas introduzidas "sem transparência e sem condições para a manifestação da sociedade". O executivo elogiou a intenção do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), de restringir o instrumento. "Certamente dará mais foco na discussão dos temas legislativos", disse.

As emendas-contrabando não contemplam interesses apenas do governo e de parlamentares da base aliada. Até a oposição usa deliberadamente o artifício. "Só deputado babaca apresenta projeto de lei hoje em dia", afirma um cacique do DEM. Segundo ele, diante da baixa produção do Congresso, é comum o diálogo entre os parlamentares e ministros do governo para a apresentação de emendas setoriais.

Foi fruto dessas conversas que o Ministério do Meio Ambiente foi surpreendido recentemente com a introdução, na Câmara, de uma emenda que dispensava o licenciamento ambiental prévio de obras como pavimentação e duplicação em rodovias existentes. O ministro Carlos Minc desconhecia a articulação e deixou seu gabinete para pedir - em vão - a reprovação da emenda no plenário da Câmara. A MP tratava originalmente do Fundo Soberano e perdeu a validade antes de ser votada pelo Senado, para aflição do Ministério dos Transportes e do Dnit, defensores da simplificação do licenciamento.

O governo tem sido cada vez menos discreto em usar o artifício. À saída de uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Centro Cultural Banco do Brasil - sede provisória do Executivo -, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, anunciou há três semanas o aumento de 3% para 4% da mistura de biodiesel ao diesel comercializado nas bombas, a partir de julho. Para evitar aumento de preço, Lobão foi logo explicando que o governo colocará uma emenda na MP 460, em tramitação no

Senado e que estabelece o regime tributário do Programa Minha Casa, Minha Vida, zerando o PIS/Cofins dos biocombustíveis.

A bancada ruralista é uma das mais articuladas no Congresso para aproveitar a tramitação das MPs. Ela aproveitou a iniciativa do Executivo de editar uma medida que ampliava recursos destinados ao financiamento da construção civil. Por meio de emendas que foram aprovadas, conseguiu prorrogar até 30 de junho o prazo para renegociação de dívidas dos cafeicultores e autorizou a conversão da dívida do Funcafé em produto. Ampliou também o prazo para a renegociação das operações do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira. E autorizou a concessão de subsídios nas linhas de financiamento de capital de giro para agroindústrias, cooperativas e indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas.

Às vezes o assunto destoa tanto do conteúdo original da MP que soa até engraçado. No denso texto que compunha a MP 350, permitindo aos mutuários quitar antecipadamente contratos de arrendamento habitacional, vários partidos se uniram e apresentaram a mesma emenda 19 vezes sobre expressões nas embalagens de leite. As empresas e cooperativas de laticínios protestavam contra a inscrição "o Ministério da Saúde adverte" nas caixas, latas e saquinhos. Com isso, entrou na Lei 11.474 a determinação de mudança para "Aviso Importante: Este produto não deve ser usado para alimentar crianças, a não ser por indicação expressa de médico ou nutricionista". "Se fosse apresentar projeto de lei, demoraria muito", justificou à época um dos autores das diversas emendas, o pecuarista, cafeicultor e deputado mineiro João Magalhães (PMDB).